REPRESENTAÇÕES DA ELITE SOBRE O "POVO COMUM" NA CIDADE DE CAMPO GRANDE (DÉCADAS DE 1960-70)*

Nataniél Dal Moro**

RESUMO: Este artigo analisa o pensar da elite sobre a territorialização praticada pelo "povo comum" no espaço público da cidade de Campo Grande no decorrer das décadas de 1960-70.

PALAVRAS-CHAVE: história social da cidade; elite; povo comum.

ABSTRACT: Representations of the elite on the "common people" in the Campo Grande of city (decades of 1960-70). This article analyzes thinking of the elite on the territorialization practiced by the "common people" in the public space of the Campo Grande of city in elapsing of the decades of 1960-70.

KEYWORDS: social history of the city; elite; common people.

---

* Na tarde do dia 27 de setembro de 2007, na sala 4B-10 do Edifício Professor Reitor Bandeira de Mello, nas dependências da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), na cidade de São Paulo, defendi a minha dissertação de mestrado em História Social intitulada *Modernização urbano-citadina e representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)*. Nesta oportunidade possuía bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A orientação foi da professora Yvone Dias Avelino. As demais integrantes da banca foram as também professoras doutoras Marisa Bittar, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), e Estefânia Knotz Canguçu Fraga, docente decana do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP. De forma bem ampla, o objetivo maior da dissertação de mestrado foi o de externar o pensar da elite sobre o "povo comum" que ocupava o espaço público do centro da cidade de Campo Grande nas décadas de 60 e 70 do século XX. Contudo, as argüições feitas pelas professoras Marisa e Estefânia lançaram olhares muito pertinentes sobre outras questões, que são: as interferências do divisionismo e da ideologia da modernização nesse pensar da elite sobre o "povo comum".

** Mestre e doutorando em História Social (PUC-SP). Bolsista CAPES. Editor assistente da Revista Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade. E-mail: natanieldalmoro@bol.com.br.

INTRODUÇÃO

Este artigo intenta analisar como a elite campo-grandense, sobretudo a citadina, pensava a presença do "povo comum"[1] no espaço público da cidade de Campo Grande no decorrer das décadas de 1960-70[2], período de intensa migração populacional nesta parte do território brasileiro, qual seja: o sul do então Estado de Mato Grosso[3].

A cidade de Campo Grande está localizada geograficamente no alto da serra de Maracaju, no centro do território do Estado de Mato Grosso do Sul (MS). Esta região compunha, nas décadas de 1960-70, o sul de Mato Grosso.

O que chamo de "sul de Mato Grosso" é, hoje, o atual Estado de Mato Grosso do Sul. MS foi criado no dia 11 de outubro de 1977 por meio da divisão territorial do então Estado de Mato Grosso. A parte norte continuou a ser chamada de Mato Grosso (MT), tendo a cidade de Cuiabá

[1] Penso os termos "povo comum" e/ou "pessoas comuns" no sentido atribuído a eles por HOBSBAWM (1990), no texto A outra história: algumas reflexões. In: KRANTZ, Frederick (Org.). *A outra história:* ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX. Rio de Janeiro: Zahar, 1990, p. 18-33. Ver também os textos de SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história:* novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992, p. 39-62; SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In: LE GOFF, Jacques (Org.). *A história nova.* 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 352-390; ROCHE, Daniel. *O povo de Paris:* ensaio sobre a cultura popular no século XVIII. São Paulo: EDUSP, 2004; THOMPSON, Edward Palmer. A história vista de baixo. In: _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.* NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (Orgs.). Campinas: UNICAMP, 2001, p. 185-201; THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum:* estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 e HOBSBAWM, Eric. *Sobre história:* ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Vale frisar que tanto Frederick Krantz (1990, p. 10-11) como Eric Hobsbawm (1990, p. 18) ressaltaram que George Rudé foi um dos pioneiros – para Hobsbawm ele foi "ilustre pioneiro" – no estudo do "homem comum" e/ou da "história da gente comum". Consultar também a obra de um dos professores de Rudé, LEFEBVRE, Georges. *O grande medo de 1789:* os camponeses e a Revolução Francesa. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Neste artigo, utiliza-se o conceito "povo comum" para abarcar uma gama bem diversificada de sujeitos históricos, em especial populações marginalizadas pelos poderes constituídos, sujeitos que não fazem parte da elite econômica e política da cidade e, por vezes, grupos sociais específicos, como trabalhadores ambulantes e informais.

[2] Para maiores detalhes ver: MORO, Nataniél Dal. *Modernização urbano-citadina e representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70).* 2007. 365 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2007.

[3] Outras informações sobre a migração populacional estão em um artigo de minha autoria: MORO, Nataniél Dal. Trabalhadores migrantes e trabalhadores locais: a questão dos discursos sobre o "outro" no sul de Mato Grosso nas décadas de 1960-70. In: *Projeto História:* Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP: História e Direitos, São Paulo, EDUC, n. 33, p. 351-363, dez. 2006.

como capital, sendo que a região sul passou a ser denominada de Estado de Mato Grosso do Sul e a ter a cidade de Campo Grande como sede política e administrativa.

A maior parte das fontes utilizadas neste trabalho foi coletada no Arquivo do Jornal Correio do Estado[4], existente na cidade de Campo Grande-MS.

IDEOLOGIAS PRÓ-DIVISÃO E PRÓ-MODERNIZAÇÃO: AS REPRESENTAÇÕES DA ELITE SOBRE O "POVO COMUM"

É muito complicado afirmar que houve um fator hegemônico e norteador do processo de modernização[5] urbano-citadino ocorrido na cidade de Campo Grande. Embora inúmeras leis, decretos e documentos de variados assuntos e enfoques tenham sido postos em prática, não se pode simplesmente por isso generalizar a ação destes e incorrer em externar que esse conjunto de realizações foi obra da ideologia da modernização e da do divisionismo.

Portanto, é preciso cuidado ao mencionar/afirmar que a ideologia da modernização interferiu no processo divisionista ocorrido na década de

[4] Daqui em diante não menciono mais Jornal Correio do Estado, mas apenas a sigla CE para as fontes coletadas neste Arquivo. A consulta ao material publicado no referido jornal foi totalmente gratuita. Realizei esta coleta entre os anos de 2005 e 2006. Externo aqui o meu agradecimento aos funcionários do CE pela educada recepção e prontidão em atender não apenas a minha pessoa mas também inúmeros outros indivíduos que se dirigiam ao Arquivo.

[5] Utilizo "modernização" no sentido atribuído a esse termo-conceito por Raymundo Faoro. É adequado aqui fazer uma observação do por que se utiliza a palavra-conceito "modernização" e não "modernidade" nesse texto. Isso se deve ao entendimento de que "[...] a *modernidade* compromete, no seu processo, toda a sociedade, ampliando o raio de expansão de todas as classes, revitalizando e removendo seus papéis sociais, enquanto a *modernização*, pelo seu toque voluntário, se não voluntarista, chega à sociedade por meio de um grupo condutor, que, privilegiando-se, privilegia os setores dominantes. Na modernização não se segue o trilho da "lei natural", mas se procura moldar, sobre o país, pela ideologia ou pela coação, uma certa política de mudança. [...] Na modernidade, a elite, o estamento, as classes – dizemos, para simplificar, as classes dirigentes – coordenam e organizam um movimento. Não o dirigem, conduzem ou promovem, como na *modernização*. A *modernização*, quer se chame ocidentalização, europeização, industrialização, revolução passiva, via prussiana, revolução do alto, revolução de dentro – ela é uma só, com vulto histórico, com muitas máscaras, tantas quantas as das diferentes situações históricas. Talvez se possa dizer, ainda, que a *modernização*, ao contrário da modernidade, cinde a ideologia da sociedade, inspirando-se mais na primeira do que na segunda." (FAORO, Raymundo. A modernização nacional. In: _____. *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Ática, 1994, p. 99). Tendo em vista essa definição é mais acertado à realidade do objeto em estudo optar pela utilização, na maioria das vezes, da palavra-conceito de "modernização", já que ela abrange com mais propriedade teórica as partes constitutivas de análise desse mesmo objeto.

1960 e em grande parte da de 70 do século XX. Sendo assim, trata-se de distinguir até que ponto a ideologia da modernização contribuiu para a causa divisionista e, não menos, até que ponto parte de suas ações tinham vida própria e eram feitas, portanto, em prol da divisão e, nesse sentido, pouco tinham a ver como a ideologia da modernização que tanto interferiu no cotidiano do "povo comum".

Um dos argumentos mais expressivos das pessoas que integravam o "movimento divisionista/separatista" era o de representarem o sul de Mato Grosso e a cidade de Campo Grande como locais de progresso. Diziam que este território era economicamente ativo, sobretudo no sentido de ser produtor de matérias-primas (gado para abate) que eram vendidas para os Estados do leste brasileiro. Dentro dessa configuração alardeava-se, inevitavelmente, que o referido progresso era fruto das elites que comandavam o sul de MT e a cidade de Campo Grande e que o norte do Estado estava aquém de suprir as demandas administrativas necessárias ao curso "natural" desse progresso.

Nessas elites incluíam-se profissionais liberais, fazendeiros, cafeicultores, comerciantes, industriais e, sobretudo, pecuaristas que tinham grande atuação tanto nas zonas rurais como nas urbanas, até porque a maioria dos líderes políticos possuía alguma relação com a chamada classe ruralista, sendo que muitos até faziam parte dela. Em função disso, o "movimento divisionista" foi mais uma luta dessas elites do que do restante da população, embora essa mesma população não tenha deixado de atuar positivamente para o referido "movimento", uma vez que tais sujeitos trabalharam para viabilizar a concretização de pelo menos parte das representações feitas pela elite sobre o sul de Mato Grosso, que, grosso modo, propagandeavam este local como um espaço de progresso[6].

Essas elites, por sua vez, fizeram o máximo possível para que o sul de Mato Grosso e a cidade de Campo Grande fossem vistos como um território distinto (entenda-se superior, melhor, mais apurado) daquele do norte estadual. Nesse jogo, os instrumentos eram dos mais diversos, bem como os efeitos dos mesmos na concretude social. Contudo, os desfechos quase sempre não foram os do anseio inicial, basta lembrar que Getulio Vargas

[6] Escritos contemporâneos, como os que integram o livro organizado por HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, mostram que existe uma vigorosa pesquisa no campo da história social das elites. As problemáticas, e também as fontes, são diversas e não se restringem a "falar apenas das elites", mas abordam a sociedade, os conflitos e tantos outros assuntos; por vezes, pode-se mesmo fazer uma história do "povo comum" via fontes produzidas pelas elites.

criou o Território Federal de Ponta Porã por meio do Decreto-lei n. 5.812, de 13 de setembro de 1943[7], e que a Lei Complementar n. 31, de 11 de outubro de 1977[8], que dividiu MT foi uma ação do general-presidente Ernesto Geisel, ditador gaúcho assim como o seu conterrâneo Vargas, do que da pressão da elite regional no sentido de que o sul de Mato Grosso fosse transformado em uma outra Unidade Federativa do Brasil.

Até mesmo o nome dado ao novo Estado pelos militares – que era Estado de Campo Grande – desagradou uma parte da elite do sul de Mato Grosso.

> Como foi fruto de um ato da ditadura, portanto, não precedida de um processo de participação popular, veio acompanhada de alguns absurdos, entre os quais, o próprio nome da nova unidade: *estado de Campo Grande*! Provavelmente, a gafe do governo federal fosse decorrente do desejo de agradar ao grupo campo-grandense engajado na Liga, prestigiando a cidade. A correção não tardou. É que, tão logo fora anunciado, o nome foi contestado em algumas regiões do sul com um privilégio exacerbado de Campo Grande, já que os demais municípios que comporiam o novo estado não se sentiam representados. (BITTAR, 1999, p. 134).

[7] O Território Federal de Ponta Porã foi criado na primeira metade da década de 1940. Além desse, o governo federal criou outros quatro: Território do Amapá, Território do Rio Branco, Território do Guaporé e Território do Iguaçu. O Território Federal de Ponta Porã era composto pela totalidade do território das municipalidades de Ponta Porã, Porto Murtinho, Bela Vista e Dourados e por parte do território de Aquidauana, Corumbá, Maracaju, Miranda e Nioaque. Parte da municipalidade de Bonito também ajudou a compor o Território de Ponta Porã. Em 1944 esses limites foram alterados. Para maiores detalhes ver: OS TERRITÓRIOS FEDERAIS RECÉM-CRIADOS E SEUS NOVOS LIMITES. In: *Boletim Geográfico,* Rio de Janeiro, SGEF, ano II, n. 16, jul. 1944, p. 449. A população do referido Território era, no ano de 1940, de quase 87 mil pessoas. Dessas, 15.051 moravam em zonas urbanas, 7.830 em zonas suburbanas e 63.834 em zonas rurais (SILVA, Moacir M. F. Os territórios federais. In: *Boletim Geográfico,* Rio de Janeiro, SGEF, ano I, n. 10, jan. 1944, p. 43). Portanto, o sul de Mato Grosso perdia, nessa jogada do governo federal, cerca de 40% de seus habitantes, ficando com algo em torno de 150.000 mil sujeitos. Ademais, deve-se considerar a perda de poder político e a questão econômica, uma vez que as municipalidades de Ponta Porã e de Dourados, em particular, eram política e economicamente muito expressivas, sobretudo no campo da agricultura e do extrativismo. Ou seja, também tinham uma elite que, de uma forma mais branda, era igualmente favorável ao "movimento divisionista". Com a criação do Território de Ponta Porã, é bom lembrar, politicamente o mesmo ficou sob a intervenção direta do governo federal que tinha, dentre muitos outros objetivos, o de fixar elementos nacionais na região. De fato, com a instalação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) houve grande incremento do elemento nacional no sul de Mato Grosso, território bem próximo da fronteira do Brasil com o Paraguai. A maioria dos adventícios era dos Estados da Bahia e de Pernambuco. Com a Constituinte de 1946 o Território Federal de Ponta Porã deixou de existir, sendo o seu território reintegrado ao Estado de Mato Grosso.

[8] MATO GROSSO DO SUL (Estado). *Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul – 1979.* Rio de Janeiro: IBGE, 1979, p. 3.

Bittar (1999, p. 135) afirmou ainda que

> [...] a situação do nome, embora temporário, de "*estado de Campo Grande*" revela uma face do divisionismo que deve ser lembrada: o seu caráter restrito, de demanda que nunca chegou a ser popular e de uma decisão que prescindiu de participação democrática. Além disso, [...] a causa separatista, depois de haver se tornado *movimento* separatista, teve nos quadros dirigentes de Campo Grande os seus maiores defensores. Em outras palavras: pode-se afirmar que a elite dirigente formada na cidade nos anos 30 empalmou essa bandeira acreditando não apenas que o estado devesse ser dividido, mas que a capital teria que ser Campo Grande.

O ato de Geisel, por mais impositivo que tenha sido, não eliminou da realidade uma série de outras questões, em parte pelo fato de que a ideologia da modernização não era apenas um ponto positivo para a elite pró-divisão[9] de MT, mas sim um ponto em nada ímpar do próprio desenvolvimento do sistema capitalista. Sendo assim, o chamado progresso de que tanto a elite orgulhava-se era, na verdade, um elemento-comum da lógica do capitalismo atuando sobre o território do sul de Mato Grosso. Além das lógicas econômica e geopolítica, o governo federal procurou

> [...] impulsionar o desenvolvimento e a ocupação territorial, guarnecendo as fronteiras que o Estado mantinha com o Paraguai e a Bolívia. Mas havia também uma razão política: ao criar uma nova unidade federativa no sul, a ditadura premiava um forte grupo político da Arena, partido que a sustentava, passando a contar com mais uma base de apoio. Assim, a divisão de Mato Grosso, em 1977, só foi possível nessa conjuntura que articulou o regionalismo à geopolítica do regime autoritário: esta é a marca de nascença de Mato Grosso do Sul. (BITTAR, 2006, p. 3).

No último quartel do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, sob a forma das casas comerciais de compra/venda/exportação/importação de produtos via navegação pelo rio Paraguai, bem como a aquisição por parte de empresas estrangeiras de milhares de hectares de

[9] Vale aqui indagar: qual era e como atuou a elite anti-divisão que residia no sul do Estado de Mato Grosso diante da elite pró-divisão? Acho que esse é um trabalho que ainda está por ser feito. Na tese de doutoramento de Marisa Bittar (1997), intitulada *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído*, há importantes análises sobre a referida questão. É bem possível que seja, até o presente momento, o trabalho acadêmico mais expressivo a respeito do assunto "criação de MS" e, logicamente, também um dos mais relevantes escritos sobre o tema "divisão de Mato Grosso".

terras no sul do Estado, houve uma transformação do território em questão: o mesmo passou a fazer parte do capitalismo imperialista como fornecedor de determinados produtos e como importador de inúmeros outros. As histórias comercial e arquitetônica da cidade de Corumbá, na fronteira do Brasil com a Bolívia, representam muito bem essa realidade[10].

Já na segunda metade do século XX, sob a interferência do avanço da fronteira agrícola sobre terras da Região Centro-Oeste do Brasil, tal como no sudoeste do Estado de Goiás e no centro-sul de Mato Grosso ocorreu outro processo de inserção e outras alterações interferiram no cotidiano de inúmeros sujeitos. As "pessoas comuns", sem dúvida, estão entre as que mais tiveram as suas vidas alteradas pelo avanço da fronteira agrícola. Em razão disso, detenho-me mais no avanço dessa fronteira para explicar, também, como a ideologia da modernização interferiu no "movimento divisionista", mesmo não tendo diretamente o propósito de discutir em detalhes, neste artigo, a ideologia divisionista.

Digo isso porque até o momento em que a economia do sul tinha na pecuária a fonte incontestável de renda, os olhares e as ações estavam/emanavam mais do grupo dos pecuaristas do que de outros. Na medida em que, além da pecuária, novos setores ocuparam territórios, novos grupos também passaram a interferir na realidade do sul de Mato Grosso e isso, de um jeito ou de outro, interferiu no espaço urbano e igualmente no conteúdo das representações feitas pela elite pró-divisão. Refiro-me aqui aos agricultores, sobretudo os que cultivavam soja e milho para exportação.

Embora a transformação de "terras desertas" em "terras produtivas" seja um assunto que ainda carece de pesquisas mais pontuais, não é inadequado afirmar que a incorporação de "terras desertas" à plantação de monoculturas causou a saída de milhares de sujeitos do campo. Na década de 1950 a maior parte da população de Estados como Goiás e Mato Grosso residiam no campo. Nas décadas posteriores cada vez mais aumentou a quantidade de habitantes residindo nas cidades. Em dados do ano de 1980, reflexo da década de 70, a maioria da população do já Estado de Mato Grosso do Sul morava em áreas urbanas.

[10] Para interpretações mais esmiuçadas sobre essa questão, consultar: *Mato Grosso e a história*: 1870-1929: ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro (ALVES, 1984); *Corumbá*: um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso (1870-1920) (CORRÊA, 1980); *História e fronteira*: o sul de Mato Grosso: 1870-1920 (CORRÊA, 1999) e *Coronéis e bandidos em Mato Grosso*: 1889-1943 (CORRÊA, 1995).

Enquanto que na década de 1940 mais de 66% da então população do sul de MT morava na zona rural, já em 1980 havia nem 33% do total da população de MS no campo. Nesse ano, dos 1.369.567 milhão de habitantes, 919.123 mil moravam em áreas urbanas.

Grande parte dessa inversão populacional ocorreu porque migrantes de várias Unidades Federativas do Brasil e do interior de MT saíram de seus locais de origens e foram para as cidades em busca de uma vida melhor, até pelo fato de que as atividades rurais passaram a necessitar de cada vez menos trabalhadores, tendo em vista o processo de mecanização efetuado em parte das propriedades rurais. Mecanização que se deu geralmente com o apoio do governo federal, que foi muito generoso na destinação de recursos públicos para o desenvolvimento da agropecuária no sul de Mato Grosso, basta lembrar a criação dos seguintes Programas: PRODOESTE, PRODEPAN, PRODEGRAN e POLOCENTRO[11].

Não se pode deixar de lembrar também que vários migrantes saíram do leste do Brasil e vieram para Campo Grande com o intuito de obter trabalho no campo, contudo, não tendo êxito, uns resolveram partir para outros Estados, porém, outros ficaram mesmo na zona urbana, já que oportunidades podiam surgir. Acabaram trabalhando como chapas, pedreiros e demais ocupações que, em geral, não exigiam mão-de-obra com estudo formal, nem qualificação profissional. Parte desses sujeitos passou a residir na "Favela do Querosene" ou "Favela do Segredo", situada nas barrancas do córrego Segredo, bem próximo do local em que este se encontra com as águas do córrego Prosa e formam o córrego Anhanduí.

Outros tantos sujeitos acabaram por morar em áreas afastadas do centro urbano, em geral sem nenhuma infra-estrutura, até mesmo pelo fato de terem conseguido inserção periférica no mercado de trabalho. Todavia, outros tantos acabaram por ficar no próprio centro urbano e comercial da cidade de Campo Grande: foram representados como sujeitos que meneavam e denegriam a imagem citadina de Campo Grande frente aos que visitavam o espaço do centro e aos moradores que nele residiam. Grosso modo, todo esse "povo comum" denegria o espaço público, entretanto,

[11] Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, Programa de Desenvolvimento do Pantanal, Programa de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados e Programa de Desenvolvimento dos Cerrados. Ver também a tese de Silvana de Abreu (2001), denominada *Planejamento governamental: a SUDECO no espaço mato-grossense: contexto, propósitos e contradições*. Neste texto a autora externa, dentre outras coisas, o quão importante foi o apoio do poder público para tornar "produtivas" as terras do Estado de Mato Grosso.

esses que ficavam no espaço urbano e faziam-no também de espaço privado foram representados como sendo os piores denegridores da "Cidade Morena"[12].

Eis algumas imagens que ilustram essas "pessoas comuns":



Imagem 1. "Pessoas comuns" fazendo do espaço público da elite um espaço para variadas práticas. Penso que esse é um bom exemplo de "reterritorialização"[13].

Fonte: Qual o destino deles? *CE,* Campo Grande, 13 jul. 1973, p. 1.

[12] Termo pelo qual é, hoje, popularmente conhecida a cidade de Campo Grande. Uma possível origem deste nome está nos escritos de um religioso chamado Dom Aquino. "Assim é Campo Grande de hoje que, na feliz expressão de D. Aquino Corrêa "hontem era a terra roxa dos guavirais selvagens, é hoje a rainha do Sul de Mato Grosso"." (FIBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros.* Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 35, p. 119).

[13] Para uma definição do conceito de "reterritorialização", ver DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.



Imagem 2. Mais "pessoas comuns" ocupando efetivamente o espaço público da cidade de Campo Grande. É bem provável que esses sujeitos tenham sido fotografados no canteiro central da Avenida Afonso Pena.

Fonte: 200 mil para desempregados que aportam em Campo Grande. *CE,* Campo Grande, 1 ago. 1975, p. 1.



Imagem 3. Outras pessoas do chamado "povo comum" e, outra vez, a tão temida, por parte da elite, reterritorialização que essas pessoas faziam ao ocuparem o espaço público da cidade de Campo Grande. A ocupação do espaço também não deixava de ser uma "afronta" às ações da elite e de muitas autoridades públicas e privadas, pois as "pessoas comuns" conferiam ao espaço público, no pensar da elite, características que, jamais, essa mesma elite gostava de externar, como, por exemplo, pedir esmola, mendigar e, inclusive, utilizar menores para sensibilizar os transeuntes para que esses dessem algo às crianças e, com isso, também aos que as exploravam nesse "trabalho".

Fonte: "Crianças de aluguel", nova fórmula para favorecer a mendicância profissional. *CE,* Campo Grande, 11/12 ago. 1979, p. 5.

Penso que aqui reside o principal empecilho da ideologia da modernização para com o "movimento divisionista", isso em se tratando de espaço público. Na medida em que o avanço da fronteira agrícola promoveu a modernização do campo via a instalação de maquinários e insumos químicos, acabou por eliminar muitos postos de trabalho, bem como aumentou a concentração fundiária, pois muitas propriedades de médio e pequeno portes que atendiam as necessidades da agricultura familiar foram incorporadas ao agronegócio para a produção de algumas monoculturas, como a soja, para exemplificar.

Esses pequenos trabalhadores rurais, muitos dos quais nem proprietários eram, rumaram para as cidades[14]. Ocorreu então uma reterritorialização. A reterritorialização prova que as ações humanas alteram não apenas o ambiente daqueles que a fazem, mas também o de inúmeros outros sujeitos. "A revolução é desterritorialização absoluta no ponto mesmo em que esta faz apelo à nova terra, ao novo povo. A desterritorialização absoluta não existe sem reterritorialização" (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 131).

O espaço público da cidade foi ocupado por pessoas e moradias horizontais, esta última sinônimo de "casebres" e de "barracos", enfim, de habitações de "favelados", em síntese: (re)territorialização contínua. Nas duas próximas imagens pode-se observar parte dessa realidade.

[14] Consultar, para maiores esclarecimentos sobre a concentração fundiária, o êxodo de trabalhadores do campo e a formação de favelas na cidade de Campo Grande no final da década de 1970 e começo da de 80, o texto intitulado *Da promoção à assistência social: Campo Grande na luta pela cidadania* (BITTAR, 1999, 237-254).

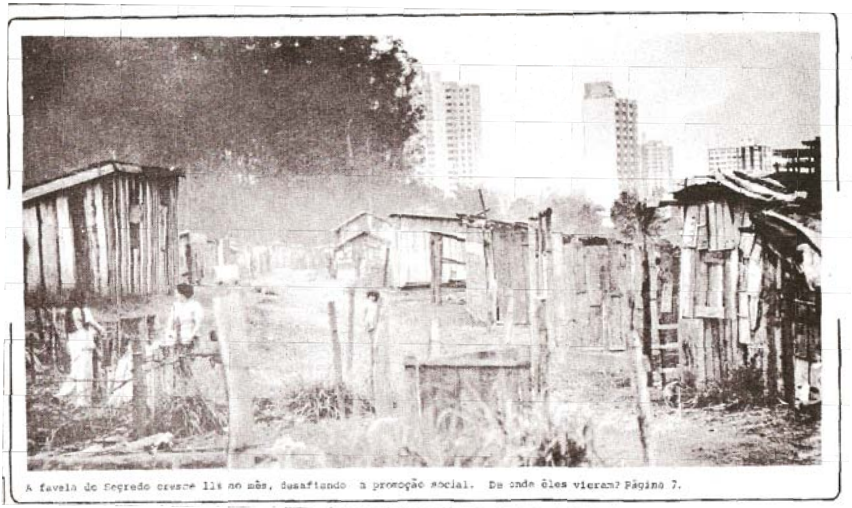

Imagem 4. Arquiteturas horizontalizada e verticalizada na cidade de Campo Grande. No primeiro plano vê-se a "Favela do Segredo" e no segundo plano, do lado superior direito, alguns prédios do centro urbano e comercial da "Cidade Morena". A distância de uma em relação à outra era de aproximadamente 1 quilômetro. A primeira era sinônimo de "atraso", já a segunda representava o "progresso". Parte dos moradores da "Favela do Segredo" foram denominados nas matérias do CE como "mendigos", "pedintes" e "esmoladores" que enfeiavam o centro comercial da "Cidade Morena". Fora esses, havia também as "pessoas comuns" que trabalhavam pela cidade adentro coletando o que pudesse ser de alguma serventia, como garrafas, papelão, pedaços de tijolos e o que por ventura encontrassem. Só a minoria tinha trabalho fixo/emprego.

Fonte: A Favela do Segredo... *CE,* Campo Grande, 19 ago. 1975, p. 1.



Imagem 5. Ainda a "Favela do Segredo", porém, vista de outro ângulo. Quando havia chuva mais forte, a água canalizada do centro da cidade – o centro modernizado – chegava com mais intensidade ao córrego. A inundação dos "casebres" era uma constante no período de chuvas mais intensas (meses de novembro a fevereiro). Não caro os moradores eram vítimas das águas. Vários adultos e crianças, mas estas últimas em maior proporção, morreram afogadas. Algumas só foram achadas dias depois do acontecido.

Fonte: A Favela do Segredo... *CE,* Campo Grande, 13 abr. 1976, p. 1.



Imagem 6. Moradoras da "Favela do Segredo" retirando/utilizando água de uma tubulação para diversas finalidades, inclusive para o consumo humano. Na foto, vê-se mulheres com utensílios domésticos, provavelmente lavando roupas.

Fonte: Favela do Segredo vai desaparecer. É a primeira que cai pelo progresso. *CE,* Campo Grande, 13 abr. 1976, p. 3.

É nessa confluência de fatores que o centro de Campo Grande passou a ser territorializado de uma forma muito distinta daquela territorialização dada/desejada pela elite pró-divisão a esse mesmo espaço público do centro comercial de Campo Grande.

Algumas das territorializações feitas pelo "povo comum" foram eliminadas via ação do poder público. A "Favela do Segredo" deixou de existir no ano de 1976, na verdade a arquitetura horizontalizada da favela é que foi eliminada daquele espaço citadino. As 85 famílias que residiam no local, a maior parte com 5 ou 6 integrantes, tiveram que sair da área: 35 famílias mudaram para outras regiões da própria cidade de Campo Grande e/ou para outras municipalidades do Estado de MT.

A maioria, 50 famílias, aceitou uma proposta feita pela Prefeitura Municipal de Campo Grande (PMCG), qual seja: saíram do local em que estavam e foram para uma área de 12 mil m^2, localizada na Vila Piratininga. Este local passou a ser chamado pelos moradores, e também noticiado nas matérias do CE, de "Favela Oficial" (MORO, 2007, p. 155-168).

Vejamos então o "tipo" de migrante adequado, segundo o CE, à cidade de Campo Grande, isto é, ao seu ritmo de progresso, de desenvolvimento e de civilidade, uma vez que as "pessoas comuns" não eram propriamente os sujeitos mais desejados, ou idealizados, pela elite que nesta urbe se fazia presente.

Conforme foi noticiado pelo CE, em dezembro de 1972: "São estes os homens de que Mato Grosso necessita cada vez mais, que vêm auxiliar o nosso desenvolvimento"[15].

[15] À primeira vista... *CE,* Campo Grande, 2/3 dez. 1972, p. 1.



Imagem 7. Esses migrantes sim!!!
Fonte: À primeira vista... *CE,* Campo Grande, 2/3 dez. 1972, p. 1.



Imagem 8. Mas esses outros de jeito nenhum!!! Por quê???
Fonte: Promoção Social transformou CG em paraíso de mendigos. *CE,* Campo Grande, 20 dez. 1972, p. 2.

Para eliminar a presença de algumas "pessoas comuns", tais como os trabalhadores informais[16] (mascates e ambulantes), chegou-se até a elogiar a política de fiscalização realizada por funcionários da Pasta da Fazenda do executivo municipal de Cuiabá[17]. Na "Cidade Verde" essa questão tinha sido resolvida, enquanto que no centro da cidade de Campo Grande o "problema" ainda era muito consistente, chegando a ser considerado algo vexatório para a "Cidade Morena". O trabalho considerado pelos poderes constituídos como informal era feito tanto por adultos como por jovens.

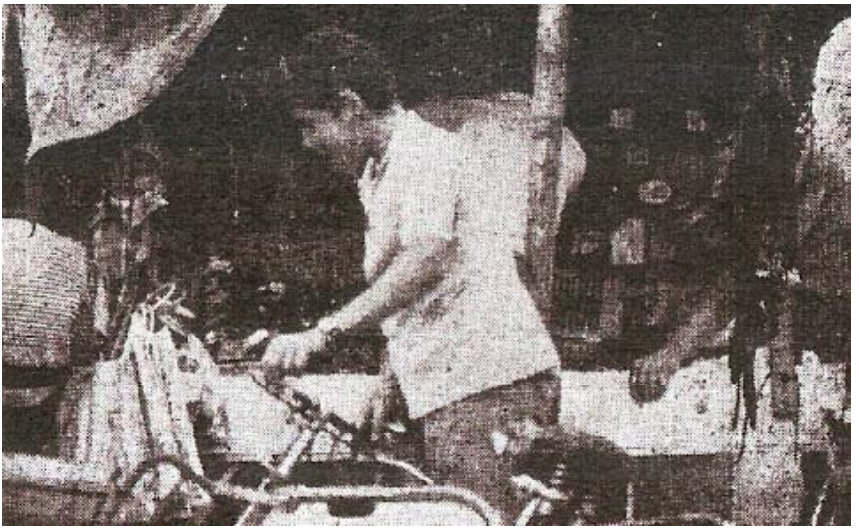

Imagem 9. Trabalho "ilegal" de pessoas adultas que compunham o "povo comum". Segundo o CE, o "ambulante" da foto tinha se instalado ao "[...] lado do majestoso edifício do Hotel Campo Grande [...] há meses e prossegue no seu comércio, sem ser molestado"[18]. O dito "ambulante" não é a pessoa que aparece no primeiro plano, mas sim o sujeito do qual se vê a mão e parte do braço.

Fonte: Desafio à saúde pública e ao comércio. *CE,* Campo Grande, 5 out. 1971, p. 1.

[16] Para maiores detalhes sobre essa questão, consultar o item 2.3 do segundo capítulo da dissertação de minha autoria (MORO, op. cit., 2007, p. 254-268).

[17] Fiscalização mais rígida para mascates e ambulantes. *CE,* Campo Grande, 22 nov. 1971, p. 1.

[18] Desafio à saúde pública e ao comércio. *CE,* Campo Grande, 5 out. 1971, p. 1.



Imagem 10. Trabalho "ilegal" de jovens do "povo comum". Segundo o CE, o combate por parte das autoridades públicas competentes devia ser constante.

Fonte: Trabalhando, mas, ilegalmente. *CE,* Campo Grande, 9 maio 1973, p. 1.

O referido centro, no pensar da elite, era um local que simbolizava o progresso da cidade de Campo Grande, o seu *status* de civilização e de desenvolvimento. Tê-lo ocupado por "mendigos", "desocupados", "vadios", "esmoleiros", "pedintes" e sujeitos "de toda espécie" era algo inaceitável[19], já que desqualificava vitalmente o argumento da elite, qual seja, o de que o centro da cidade era símbolo-vivo do progresso e representava o trabalho dessa elite e o que ela podia fazer caso o sul de Mato Grosso fosse transformado em uma Unidade Federativa e, é claro, Campo Grande a sua capital.

[19] Tendo como nome *Espaço público e trabalhadores urbanos*, o segundo capítulo da dissertação denominada *Modernização urbano-citadina e representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)*, obra já mencionada neste artigo, explicita a referida questão em detalhes (MORO, op. cit., 2007, p. 169-268).

Contudo, a ideologia da modernização não foi totalmente inadequada ao "movimento separatista". As mesmas transformações que expulsaram sujeitos do campo, diga-se trabalhadores menos abastados, e os fizeram ter que habitar precariamente no espaço urbano, também acarretaram contribuições significativas para a elite pró-divisão.

Em razão da expansão da fronteira agrícola e da própria política nacional estabelecida pela Ditadura Civil-Militar pós-1964 houve uma verdadeira corrida de lavoureiros de outros Estados do Brasil para o sul de Mato Grosso. Em parte por isso as terras dessa região ficaram bem mais valorizadas. Ademais, a produção do campo também passou a ser considerada um elemento a mais nos argumentos utilizados pela elite em prol da divisão de MT, embora os "problemas" citadinos tenham se avolumado em proporção nunca antes vivenciada.

Esse campo monocultor "produtivo" e produtor de renda não deixou de alterar a realidade das cidades. Na área urbana eram adquiridos muitos produtos e também viabilizados financiamentos bancários para a agricultura mecanizada. Seguramente a história das instituições bancárias instaladas em Campo Grande e em muitas outras cidades do sul de MT pode contribuir em muito para entendermos melhor o presente no qual estamos. Além disso, penso não ser inadequado afirmar que através da venda das matérias-primas dessa agricultura mecanizada foi possível desenvolver as indústrias alimentícias nesta região do Brasil.

Sendo assim, o avanço da fronteira agrícola nas décadas de 1960-70, muito mais do que fomentar a instalação de estabelecimentos bancários, contribuiu diretamente para viabilizar o desenvolvimento industrial de Campo Grande e isso pode ser verificado quando da criação, no ano de 1977, do Núcleo Industrial da cidade.

Feitas essas considerações, ainda resta discorrer sobre o principal propósito desse escrito, que é o de explicitar a situação do "povo comum" frente às ideologias pró-divisão e pró-modernização que atuaram no sul de Mato Grosso e que trouxeram expressivas transformações para a realidade desses sujeitos.

Um primeiro e oportuno passo consiste em tentar dizer quem eram esses sujeitos e o que eles faziam no espaço público da cidade de Campo Grande.

Eram pessoas da terra e migrantes que viam no espaço público do centro urbano e comercial de Campo Grande a possibilidade de conseguir melhorar de vida. Embora o número de habitantes da "Cidade Morena"

tenha aumentado em quase quatro vezes de 1960 até 1980, é bom que se diga que esse aumento ocorreu na zona urbana e que a quantidade de migrantes em 1960 era de 30.982 mil e passou, em 1980, para 170.946 mil. A população total da municipalidade, por sua vez, era em 1960 e 1980 de, respectivamente, 72.249 mil pessoas e 291.777 mil sujeitos[20].

O que eu quero externar com isso é que a ocupação do espaço público por "mendigos" possui estreita relação com o processo migratório das décadas de 1960-70 e com a ideologia da modernização que procurou e, de fato, fez a incorporação do sul de MT na lógica do mercado capitalista nacional e mundial, pois boa parte dos produtos vendidos naqueles anos constituíam-se de grãos e de gado para o abate.

Entretanto, esse mesmo progresso, ou desenvolvimento econômico, mostrou-se por demais perverso frente um dos argumentos utilizados pela elite pró-divisão, qual seja, dizer que o centro da "Cidade Morena" era um exemplo do quão competente era essa mesma elite com o trato da coisa pública e, de certa forma, também com o espaço privado.

Andando pela cidade podia-se ver "mendigos", "vadios", "pedintes", "ambulantes" e toda uma gama de sujeitos "desocupados" meneando pelas praças e também por calçadas de ruas e avenidas de grande movimento do centro urbano[21]. A Rua 14 de Julho, a Avenida Calógeras, a Avenida Afonso Pena, defronte da Praça Ari Coelho, a Rua Cândido Mariano e outras mais eram as preferidas para a realização do que chamei de 'trabalho indigno'[22].

Ora, então como podia a elite, favorável à divisão, dizer que a cidade de Campo Grande era um elemento-símbolo do "movimento divisionista" quando, na realidade, a mesma era ocupada por sujeitos que pouco ou quase nada tinham a ver com o que se dizia que era progresso, desenvolvimento, civilidade, educação formal, sucesso, *status* frente outras pessoas?

---

[20] FIBGE; Setor de Documentação e Disseminação de Informações (SDDI/MS). *Evolução da população, por situação de domicílio, segundo os Censos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991; contagem da população 1996 e Censo 2000*. Campo Grande: IBGE-SDDI/MS, 2003, p. 5; CAMPO GRANDE (Município). Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (PLANURB). *Perfil de Campo Grande*. Campo Grande: PLANURB, 1988, s/p.

[21] Pude perceber isso ao analisar mais de uma centena de textos publicados via CE no decorrer das décadas de 1960-70, dentre os quais havia matérias produzidas por órgãos públicos, em especial o poder executivo da cidade de Campo Grande.

[22] Para uma compreensão bem mais pormenorizada do que chamei de 'trabalho indigno' aconselho que se faça a leitura do já mencionado segundo capítulo da minha dissertação de mestrado em História Social (MORO, op. cit., 2007, p. 196-197). Nesse capítulo também fica externado o que era o 'trabalho digno'.

Esse é um dos pontos de maior conflito entre as ideologias do divisionismo e da modernização. Penso também que nenhuma destas ideologias foi tão impactada quanto o cotidiano das "pessoas comuns". Estas foram muito mais prejudicadas do que propriamente favorecidas neste processo.

Digo isso porque, depois de ter analisado inúmeras dezenas de fontes sobre o pensar da elite a respeito do "povo comum", posso indicar que esses sujeitos foram duplamente acometidos. Primeiro pelo implacável avanço da fronteira agrícola e de certa forma também da pecuária, que expulsou, para usar um termo mais incisivo, milhares de pessoas do campo. Segundo, pela forma como muitos dos migrantes foram recebidos na zona urbana de Campo Grande, algo que difere em muito do tratamento dado pela elite campo-grandense no final da década de 30 do século XX ao "povo comum" que existia nesta cidade[23]. Seguramente a elite das décadas de 1960 e, sobretudo, de 70 teve outro comportamento frente os sujeitos que praticavam o 'trabalho indigno'.

Esses sujeitos do "povo comum", mas não apenas pelo fato de Campo Grande ser um símbolo da elite pró-divisão de Mato Grosso, foram representados nas décadas de 1960-70 como um "problema" para a cidade moderna e desenvolvida da elite, isso porque essa mesma elite entendia, e isso ficou muito bem externado nas matérias do CE que divulgavam idéias e imagens dos atos em si, que se o centro fosse ocupado pelo "povo comum", como de fato ocorria, o espaço público em questão, e até mesmo o privado, perdia a configuração de elemento-símbolo do "movimento separatista".

Logo, a cidade de Campo Grande deixava de ser um elemento favorável à divisão e se tornava um fator negativo, isto é, um elemento catalizador da incompetência e do despreparo dessa elite, pois se não conseguia nem ordenar a tão querida e elogiada "Cidade Morena", depois da divisão também chamada de "Capital Morena", como podia essa mesma elite querer governar o sul de Mato Grosso na condição de uma outra Unidade Federativa do Brasil?

[23] Em fonte datada do final da década de 1930 fica bem explicitado que a elite fazia até certa questão em dar "algo" para os que pediam esmolas nas ruas da cidade de Campo Grande. Ao proceder dessa forma a elite mostrava que tinha dinheiro até para dar aos "necessitados". Portanto, demonstrava, em contrapartida, que tinha sim poder econômico e que era capaz de nortear os caminhos do território em que estava, que era o sul de Mato Grosso. A quantidade de "pedintes", nessa época, era em torno de uns vinte e cinco sujeitos. Na década de 1970 chegaram a representar cerca de 250-300 sujeitos. Uma boa parte deles era de crianças e de adolescentes. Detalhes mais pontuais sobre esta questão estão no segundo e terceiro capítulos da minha dissertação (MORO, op. cit., 2007).

Bem concreta e visualmente muito nítida era a reterritorialização do espaço público da cidade feita pelo "povo comum". Pode-se dizer que a elite concebia o espaço público como um local extremamente distinto do espaço privado, pensando-o como um local de práticas da família, do indivíduo, da intimidade, do particular, ou seja, pensava a organização dos espaços público e privado por meio de uma "cerrada rede de auto--restrições".

Entretanto, o "povo comum" não participava de uma "cerrada rede de auto-restrições" de que a elite citadina de Campo Grande tanto fazia gosto em praticar, ou dizer que assim o fazia e que, em parte, era fruto da transmissão cultural do viver estrangeiro, sobretudo do europeu. Analisando a realidade francesa, Roger Chartier afirmou que o "homem da corte" praticava um "novo *habitus*"[24] e que só depois a "sociedade" em geral passou a fazê-lo. Disse-nos também que havia

> [...] dois conjuntos de condutas: as que se pode ter em público sem constrangimento nem escândalo e as que doravante devem ser subtraídas ao olhar dos outros. Assim ocorre, logicamente com diferença e defasagens conforme os diversos ambientes, com a nudez, o sono, a satisfação das necessidades naturais ou o ato sexual, estendendo-se a proibição aos discursos passíveis de nomear as funções que devem permanecer secretas ou as partes do corpo que se tornaram vergonhosas. Exteriorizada numa estrita distinção dos comportamentos e dos espaços, essa clivagem está presente nos próprios indivíduos. Os dispositivos psíquicos que asseguram o controle permanente das pulsões, que automaticamente inserem cada conduta na esfera pública ou privada à qual pertence, instalam no íntimo de cada um as disciplinas exigidas pela norma social, transformando assim as restrições impostas de fora pelas autoridades ou pela comunidade numa cerrada rede de auto-restrições. (CHARTIER, 1991, v. 3, p. 25).

Resolvi mencionar isso não para dizer que tal processo aconteceu literalmente na cidade de Campo Grande, mas sim para demonstrar que foi preciso, e isso Chartier menciona no decorrer do escrito, cerca de 300 anos (séculos XVI ao XVIII) para que a mentalidade praticada pelo "homem da

[24] Embora Chartier tenha utilizado no seu escrito o conceito de "habitus", é importante sinalizar que esse conceito foi originalmente desenvolvido por Bourdieu. Para maiores detalhes, ver BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

corte" fosse também a mentalidade da "sociedade" (CHARTIER, 1991, v. 3, p. 22-23).

Ademais, a atuação do Estado francês também foi decisiva nesse processo de alteração das práticas sociais, bem como as pessoas daquela realidade não eram, em sua maioria, migrantes. Agora, como podia a elite de Campo Grande alterar as práticas do "povo comum" quando, na verdade, pouco ou quase nada ela sabia da cultura dessas pessoas, exceto que as mesmas, culturalmente, desagradavam-na?

Não custa lembrar, mais uma vez, o que afirmou Chartier, isto é, que esse processo de transformação das práticas culturais, na França, levou aproximadamente trezentos anos para ser efetivado. Foi preciso três séculos para que a população conseguisse, efetivamente, incorporar tais hábitos à cotidianidade.

Será que os migrantes rurais do sul de Mato Grosso e os de outras Unidades Federativas do Brasil incorporariam da noite para o dia os hábitos e costumes da elite campo-grandense? Isso para não falar que a maior parte dos integrantes desse "povo comum" era analfabeta[25]. Lembrando que a alfabetização foi fundamental para a população francesa incorporar novos valores, para não dizer imprescindível.

Então, posso dizer que as elites dirigentes – ou a "elite condutora"[26], para lembrar aqui Paulo Coelho Machado, que foi um expressivo sujeito pró-divisão de Mato Grosso – propunham, com base nas fontes que analisei, que o "povo comum" acatasse a chamada "sociabilidade restrita" de que nos explicou Philippe Áries (1991, v. 3, p. 16).

Esse fato, contudo, não ocorreu, pois as "pessoas comuns" continuaram praticando o que Ariès chamou de "sociabilidade anônima", ou seja,

[25] Apenas 14% dos migrantes que chegavam na cidade de Campo Grande, segundo pesquisa feita pela Secretaria de Promoção Social do Município de Campo Grande, e publicada em 1974 pelo CE, eram alfabetizados. (Sete famílias vivem na velha casa abandonada. *CE,* Campo Grande, 9 out. 1974, p. 2). O propósito maior ao utilizar a frase "Será...?" não é propriamente o de fazer uma indagação, mas muito mais o de levantar uma problemática sobre o objeto em pauta, sobretudo no sentido de afirmar a pertinência da realização de mais pesquisas sobre o assunto, em especial de estudos que analisem outras fontes.

[26] MACHADO, Paulo Coelho. *A Rua Velha:* pelas ruas de Campo Grande. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1990, v. 1, p. 57. Para um entendimento mais amplo e, por isso mesmo, mais seguro da questão é inevitável uma leitura atenta da referida obra de Machado, já que a mesma foi utilizada dentro de um contexto que, evidentemente, não se faz possível aqui retomá-lo. O que quero dizer é que fazer uma análise rápida, isto é, fazer só por fazer, pode, no meu entendimento, acarretar mais prejuízos do que contribuições. Nesse sentido, utilizei o termo "elite condutora" de Machado mais como ilustração do que como conceito para análise da concretude histórica.

uma forma de convivialidade na qual o privado e o público da cultura da elite se confundiam com bem mais intensidade. Portanto, a "sociabilidade anônima" não possuía fronteiras. Logo, os territórios eram constituídos tanto pelas esferas privadas como pelas públicas. Houve uma constante territorialização e reterritorialização de espaços citadinos.

Acho que aí está o ponto nevrálgico que tanto incomodou a elite e "desarrumou" o espaço público por ela pensado, pois as práticas cotidianas desse "povo comum" subverteram a ordem da elite e acabaram por desarrumar parte do pensar da ideologia do divisionismo, que empalmava, dentre muitas bandeiras, a de que os sulistas eram competentes no trato com a coisa pública e de que sabiam, e praticavam muito bem, o que se pode chamar de "sociabilidade restrita".

Dito de outra forma, ao externar os entendimentos de Chartier e de Ariès, notadamente sobre o que era adequado e sobre o que passou a não ser mais "natural" de se fazer no espaço público, tenho como objetivo melhor embasar a minha afirmação de que, de fato, as "pessoas comuns" da cidade de Campo Grande subverteram a ordem da elite e deram ao espaço público da cidade uma configuração que em nada era bem-quista por essa elite, porém, tento ao mesmo tempo afirmar que a elite não foi eficaz na ação de brecar o "povo comum", já que as práticas não findaram, mesmo não sendo aceitas por esta elite.

E, mais do que isso, as práticas em questão eram politicamente desmanteladoras de um dos pontos da ideologia do divisionismo, qual seja: o que afirmava ser Campo Grande exemplo de cidade e local ideal para sediar a capital de um novo Estado.

Prova dessa ineficiência da elite é que ao ter que conviver cotidianamente com sujeitos dormindo em vias públicas, pessoas fazendo necessidades e até mesmo sexo em construções abandonadas, outras com cabelos desgrenhados esmolando, além de jovens "sadios" realizando pequenos furtos, crianças mendigando, "loucos" se vestindo com trajes femininos, larápios de galinhas, de roupas de varal e até de fôrmas de bolo que estavam nas janelas das casas, essa elite se posicionou contrária à presença dessas "pessoas comuns", mas teve pouco êxito no sentido de alterar essa realidade, embora tenha empreendido muitos esforços nesse sentido, servindo-se tanto do poder das esferas pública como da privada.

Sendo assim, uma das contribuições mais expressivas do meu trabalho, refiro-me aqui ao texto da minha dissertação, talvez a mais expressiva de todas, é o de externar que a hegemonia da elite citadina de Campo Grande era limitada, bem como indicar concretamente o limite desse po-

der, pois a elite não queria a permanência da situação, mas também não encontrou meios para transformar a realidade em que vivia. Viu-se refém do modelo de sociedade com o qual compactuava.

Essa situação ilustra com bastante propriedade que nem sempre o "grupo social dominante", de que externou Gramsci (1968, p. 3-23), pode manter a hegemonia, o poder em todas as situações e que pode fazer e desfazer a seu bel-prazer. Por vezes, essa elite dirigente teve que conviver com o que lhe desagradava, com o que lhe afrontava.

Isso também não deixa de ser uma prova bem animadora de que é sempre preciso continuar, mesmo que na maior parte das vezes a tão almejada vitória coletiva pareça mais distante do que a derrota individual. Não fazer isso implica, como escreveu Walter Benjamin (1985, p. 156), em consentir com as práticas de quem oprime e, "[...] se o inimigo vencer, nem mesmo os mortos estarão a salvo dele. E esse inimigo ainda não parou de vencer".

Realmente, e de forma bastante infeliz, parte dos sujeitos da elite que defenderam as ideologias pró-divisão do Estado de Mato Grosso e pró-modernização ainda continuam vencendo (e, não menos, oprimindo). Quanto ao "povo comum", qualquer observador atento pode atestar que ele ainda se faz presente no centro urbano e comercial da cidade de Campo Grande e sua cotidianidade constitui exemplo flagrante de que nem tudo e nem todos podem ser enquadrados e disciplinados pela ideologia dominante, nesse caso a ideologia da elite campo-grandense e dos grupos com os quais ela possui articulações de variados graus e intensidades.

Artigo recebido em 25 de março de 2009.
Aprovado em 26 de setembro de 2009.

REFERÊNCIAS

Matérias do CE

200 mil para desempregados que aportam em Campo Grande. *CE,* Campo Grande, 1 ago. 1975, p. 1.

A Favela do Segredo... *CE,* Campo Grande, 19 ago. 1975, p. 1.

A Favela do Segredo... *CE,* Campo Grande, 13 abr. 1976, p. 1.

À primeira vista... *CE,* Campo Grande, 2/3 dez. 1972, p. 1.

"Crianças de aluguel", nova fórmula para favorecer a mendicância profissional. *CE,* Campo Grande, 11/12 ago. 1979, p. 5.

Desafio à saúde pública e ao comércio. *CE,* Campo Grande, 5 out. 1971, p. 1.

Favela do Segredo vai desaparecer. É a primeira que cai pelo progresso. *CE,* Campo Grande, 13 abr. 1976, p. 3.

Fiscalização mais rígida para mascates e ambulantes. *CE,* Campo Grande, 22 nov. 1971, p. 1.

Promoção Social transformou CG em paraíso de mendigos. *CE,* Campo Grande, 20 dez. 1972, p. 2.

Qual o destino deles? *CE,* Campo Grande, 13 jul. 1973, p. 1.

Sete famílias vivem na velha casa abandonada. *CE,* Campo Grande, 9 out. 1974, p. 2.

Trabalhando, mas, ilegalmente. *CE,* Campo Grande, 9 maio 1973, p. 1.

Demais materiais e textos consultados

ABREU, Silvana de. *Planejamento governamental*: a SUDECO no espaço mato-grossense: contexto, propósitos e contradições. 2001. 328 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2001.

ALVES, Gilberto Luiz. Mato Grosso e a história: 1870-1929: ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro. In: *Boletim Paulista de Geografia,* São Paulo, n. 61, p. 5-81, 2º sem. 1984.

ARIÈS, Philippe. Por uma história da vida privada. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. (Orgs.). *História da vida privada*: da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 3, p. 7-19.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre filosofia da história. In: KOTHE, Flávio (Org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1985. p. 153-164.

BITTAR, Mariluce. Da promoção à assistência social: Campo Grande na luta pela cidadania. In: CUNHA, Francisco Antônio Maia da (Coord.). *Campo Grande*: 100 anos de construção. Campo Grande: Matriz, 1999. p. 237-254.

BITTAR, Marisa. *Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital*. Campo Grande: UFMS, 1999.

_____. *Mato Grosso do Sul*: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997). 1997. 538f. 2 v. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1997.

_____. Uma reflexão sobre a divisão de Mato Grosso. *Diário de Cuiabá,* Cuiabá, 1 ago. 2006, p. 3.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CAMPO GRANDE (Município). Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (PLANURB). *Perfil de Campo Grande*. Campo Grande: PLANURB, 1988.

CHARTIER, Roger. Introdução. In: CHARTIER, Roger; ARIÈS, Philippe (Orgs.). *História da vida privada*: da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v. 3, p. 22-25.

CORRÊA, Lúcia Salsa. *Corumbá*: um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso (1870-1920). 1980. 158f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1980.

_____. *História e fronteira*: o sul de Mato Grosso: 1870-1920. Campo Grande: UCDB, 1999.

CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso*: 1889-1943. Campo Grande: UFMS, 1995.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.

FAORO, Raymundo. *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Ática, 1994.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (FIBGE). *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 35.

_____. Setor de Documentação e Disseminação de Informações (SDDI/MS). *Evolução da população, por situação de domicílio, segundo os Censos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991; contagem da população 1996 e Censo 2000*. Campo Grande: IBGE-SDDI/MS, 2003.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HEINZ, Flávio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HOBSBAWM, Eric John. A outra história: algumas reflexões. In: KRANTZ, Frederick (Org.). *A outra história*: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. p. 18-33.

_____. *Sobre história*: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KRANTZ, Frederick. George Rudé e "A outra história". In: _____ (Org.). *A outra história*: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. p. 10-15.

LEFEBVRE, Georges. *O grande medo de 1789*: os camponeses e a Revolução Francesa. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

MACHADO, Paulo Coelho. *A Rua Velha*: pelas ruas de Campo Grande. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1990. v. 1.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). *Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul – 1979*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

MORO, Nataniél Dal. *Modernização urbano-citadina e representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)*. 2007. 365f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2007.

_____. Trabalhadores migrantes e trabalhadores locais: a questão dos discursos sobre o "outro" no sul de Mato Grosso nas décadas de 1960-70. In: *Projeto História:* Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP: História e Direitos, São Paulo, EDUC, n. 33, p. 351-363, dez. 2006.

OS TERRITÓRIOS federais recém-criados e seus novos limites. In: *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, ano II, n. 16, p. 445-454, jul. 1944.

ROCHE, Daniel. *O povo de Paris*: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII. São Paulo: EDUSP, 2004.

SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In: LE GOFF, Jacques (Org.). *A história nova*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 352-390.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história*: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

SILVA, Moacir M. F. Os territórios federais. In: *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, ano I, n. 10, p. 34-47, jan. 1944.

THOMPSON, Edward Palmer. A história vista de baixo. In: _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (Orgs.). Campinas: UNICAMP, 2001. p. 185-201.

_____. *Costumes em comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.